

ANEXO 11.7
EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES
ECONÔMICAS ACESSÓRIAS NO ÂMBITO
DOS TERMINAIS E ESTAÇÕES DE
TRANSFERÊNCIA



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
MOBILIDADE
E TRANSPORTES

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	2
2.	INSTALAÇÕES	3
3.	VEICULAÇÃO PUBLICITÁRIA	4
4.	ATIVIDADES	5
5.	RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES	7
6.	PENALIDADES	8
7.	ESTIMATIVA DE RECEITA POR TERMINAL	11

1. INTRODUÇÃO

As atividades econômicas acessórias são todas aquelas passíveis de geração de receitas não tarifárias, sejam elas alternativas, complementares ou provenientes de empreendimentos associados, com ou sem exclusividade, as quais deverão concorrer para a modicidade tarifária.

A Pessoa Jurídica Gestora, prevista no Edital de Concessão do Sistema de Transporte Coletivo Público de Passageiros na Cidade de São Paulo, será responsável por todo o processo de Exploração das Atividades Econômicas Acessórias especificado nesse instrumento.

- a) Todas as atividades econômicas acessórias só poderão ser exploradas mediante prévia autorização do Poder Concedente e terá como critério fundamental o não comprometimento da atividade prioritária do Sistema de Transporte;
- b) A autorização da exploração de atividades econômicas acessórias se dará mediante projeto específico, incluindo Plano de Negócios e Mix de Produtos, apresentado pela Pessoa Jurídica Gestora. Em hipótese alguma, os riscos decorrentes da exploração das referidas atividades recairão sobre o Poder Concedente;
- c) A Pessoa Jurídica Gestora deverá observar a legislação e normas vigentes que exijam, restrinjam ou condicionem a exploração de qualquer modalidade de atividades econômicas acessórias, respondendo, inclusive, pelas práticas de seus contratados;
- d) São exemplos de atividades econômicas acessórias: varejo, alimentação, serviços, locação de áreas, máquinas automáticas de venda, caixas automáticos, veiculação publicitária, entre outros;
- e) Exclui-se desse contexto os Postos e/ou Bilheterias de venda de crédito de Bilhete Único e ou Vale Transporte, bem como as máquinas de crédito do Bilhete Único que seguem regulamento próprio e não compõem o escopo das atividades econômicas acessórias aqui descritas;
- f) A Pessoa Jurídica Gestora deverá adotar contabilidade separada para cada uma das modalidades das atividades econômicas acessórias exploradas, segundo as normas contábeis vigentes, e deverá assegurar ao Poder Concedente, a qualquer tempo, o acesso a toda essa documentação e informações, inclusive aos contratos mantidos com terceiros;
- g) A Pessoa Jurídica Gestora disponibilizará no mínimo 5% dos espaços e tempos das mídias e de pontos destinados à veiculação de publicidade ao

Poder Concedente visando publicidade institucional e/ou de interesse público, sem ônus financeiros;

- h)** O Poder Concedente reserva-se, a qualquer tempo, o direito de conceder a Exploração das Receitas Acessórias, por meio de licitação específica, motivo pelo qual em se ultimado tal concessão das atividades mencionadas nesse instrumento poderão deixar de ser atendido pela Pessoa Jurídica Gestora, passando ao futuro Concessionário em observância ao Plano Municipal de desestatização; e
- i)** Caso ocorra a situação prevista no item anterior, não caberá à Pessoa Jurídica Gestora qualquer tipo de indenização, reembolso ou compensação por parte do Poder Concedente, seja a que título for.

2. INSTALAÇÕES

- a)** A exploração de atividades econômicas acessórias que envolvam a utilização de espaços físicos nos Terminais e/ou Estação de Transferências não poderá obstruir ou interferir na operação, na visibilidade dos equipamentos de segurança, na acessibilidade das pessoas e no acesso às plataformas de maneira a restringir a circulação de passageiros;
- b)** As intervenções de qualquer natureza sejam benfeitorias, obras, instalações ou reformas necessárias à exploração das atividades econômicas acessórias, deverão ser previamente autorizadas pelo Poder Concedente. Para tanto, deverá ser apresentado projeto executivo detalhado dessas intervenções, em conformidade com a legislação e normas vigentes;
- c)** Em relação às obras de infraestrutura elétrica dos espaços a serem ocupados, a Pessoa Jurídica Gestora deverá apresentar, projeto executivo detalhado da alimentação de energia (preferencialmente com alimentação e medição individual para cada espaço), atendendo todas as normas vigentes da ABNT, bem como projeto detalhado de cada unidade consumidora do espaço, para aprovação do Poder Concedente;
- d)** A potência máxima instalada permitida será avaliada pelo Poder Concedente, em conformidade com a reserva técnica de cada Terminal, sempre considerando a relação de cargas com os devidos cálculos de demanda das unidades consumidoras;
- e)** Nos Terminais em que as obras de infraestrutura hidráulica não forem passíveis de execução, o ponto comercial só poderá comercializar produtos alimentícios industrializados, embalados e que não precisem ser manuseados para preparo;
- f)** Todos os projetos deverão ser assinados por profissionais registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de

Arquitetura e Urbanismo - CAU, devendo obrigatoriamente ter a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART recolhida;

- g)** O projeto de pontos comerciais quiosques e outros equipamentos destinados ao exercício da atividade econômica acessória, no âmbito dos Terminais e Estação de Transferência, deverão estar em harmonia com o projeto de identidade visual aprovado;
- h)** As benfeitorias introduzidas nas áreas e espaços ocupados serão incorporadas ao imóvel, passando a pertencer ao Poder Concedente, sem implicar na obrigação de qualquer indenização;
- i)** Sempre que necessário, a Pessoa Jurídica Gestora deverá devolver os espaços ocupados livres, desembaraçados e em perfeito estado de conservação, ressalvado o desgaste por uso normal; e
- j)** Quando da retirada dos pontos comerciais nos Terminais e Estação de Transferência, a empresa deverá recompor de imediato pisos, azulejos, forros, entre outros, de modo que a originalidade seja preservada.

3. VEICULAÇÃO PUBLICITÁRIA

- a)** A exploração da publicidade nos Terminais e/ou Estação de Transferências não poderá obstruir ou interferir na operação, na visibilidade dos equipamentos de segurança, na acessibilidade das pessoas e no acesso às plataformas de maneira a restringir a circulação de passageiros;
- b)** A Pessoa Jurídica Gestora deverá formular planos definindo espaços publicitários nos Terminais e/ou Estação de Transferências para aprovação pelo Poder Concedente.
 - i.** Os espaços publicitários estabelecidos poderão ser ajustados ou removidos a qualquer momento pelo Poder Concedente, sem ônus ao Poder Concedente;
 - ii.** No caso de eliminação de um ou mais espaços publicitários a pedido do Poder Concedente, se dará o encerramento dos respectivos contratos de veiculação sem penalidades ou quais quer ônus ao Poder Concedente; e
 - iii.** Novas modalidades de veiculação publicitária poderão ser contempladas. Para tanto, proposta de revisão dos espaços publicitários deverá ser formulada pela Pessoa Jurídica Gestora e aprovada pelo Poder Concedente.
- c)** A Pessoa Jurídica Gestora se responsabiliza para a construção da estrutura necessária para a veiculação publicitária, responsabilizando-se pela aquisição, montagem e manutenção dos pontos de veiculação;
- d)** Os pontos de veiculação instalados pela Pessoa Jurídica Gestora e sua estrutura física serão transferidos para o Poder Concedente no caso de

encerramento da exploração desses espaços publicitários pela Pessoa Jurídica Gestora por qualquer razão. Isso inclui, mas não se limita a painéis, backlights, telas, equipamentos de digital signage, totens e terminais interativos e quaisquer correlatos;

- e) O Poder Concedente poderá sugerir formatos e modalidades de veiculação publicitária alternativos para operação pela Pessoa Jurídica Gestora. Caso esta não se interesse pela sugestão ou não apresente alternativas que gerem receita potencial equivalente, o Poder Concedente poderá confiar a outras empresas a operação de veiculação publicitária nessas modalidades;
- f) O Poder Concedente será remunerado com uma participação em cada contrato de veiculação publicitária firmado pela Pessoa Jurídica Gestora. Esta remuneração será pactuada a cada contrato;
- g) Cada contrato de veiculação publicitária firmado pela Pessoa Jurídica Gestora com anunciantes deverá ser submetido à aprovação pelo Poder Concedente, que se reserva o direito de aceitar ou não o conteúdo, prazo e remuneração propostos.
 - i. O Poder Concedente poderá negociar ajustes no conteúdo, prazo e remuneração para cada contrato de veiculação;
 - ii. O Poder Concedente irá formular para a Pessoa Jurídica Gestora um protocolo para o trâmite de aprovação e negociação desses contratos;
 - iii. O Poder Concedente poderá estabelecer contratos padronizados para mídias, formatos, locais e pontos de veiculação específicos;
 - iv. Definir o trâmite de aprovação; e
 - v. Propor regras de alçada e valores para aprovação automática, sem que isso isente a Pessoa Jurídica Gestora da responsabilidade pela veiculação.
- h) A Pessoa Jurídica Gestora deverá pagar ao Poder Concedente a remuneração devida pelos contratos de veiculação, mediante relatório mensal de medição dos contratos vigentes.
 - i. O relatório deverá apresentar os eventos financeiros contratados e devidos por conta da veiculação efetuada; e
 - ii. O Poder Concedente irá receber as frações pactuadas dos pagamentos devidos independente do efetivo pagamento pelo anunciante, cuja cobrança será responsabilidade da Pessoa Jurídica Gestora.
- i) O Poder Concedente irá auditar a veiculação efetuada pela Pessoa Jurídica Gestora e poderá impor penalidades caso ela não corresponda ao conteúdo e locais estabelecidos nos contratos de veiculação aprovados previamente.

4. ATIVIDADES

- a)** Caberá à Pessoa Jurídica Gestora o planejamento, organização, direção e controle sobre a exploração das atividades econômicas acessórias, devendo adotar contabilidade separada para cada uma das modalidades das atividades econômicas acessórias exploradas, segundo as normas contábeis vigentes, e assegurar ao Poder Concedente, a qualquer tempo, o acesso a toda essa documentação e informações, inclusive aos contratos mantidos com terceiros;
- b)** A Pessoa Jurídica Gestora será responsável pelo acompanhamento e controle das atividades das empresas ocupantes dos pontos comerciais, mantendo a atenção em relação à limpeza dos espaços e higiene no manuseio de produtos, seguindo as normas da Vigilância Sanitária, bem como o bom atendimento do público;
- c)** A implantação ou reforma das instalações, a recepção de mercadorias, assim como a manutenção e conservação das áreas e espaços ocupados, obedecerão às tabelas de horários a seguir:

Serviços	Horários	Exemplos
Implantações	22h às 4h	Montagem de estruturas dos pontos comerciais e de veiculação publicitária. Instalação de material de veiculação publicitária.
Manutenção interna	10h às 15h	Correções rápidas, trocas de equipamentos (fornos, estufas, etc.) Instalação ou adequação de material de veiculação publicitária.(mediante aprovação do Poder Concedente).
Manutenção externa	22h às 4h	Reparo de pisos entre outros

Serviços	Exemplos
Entrega de equipamentos	Refrigeradores, fornos, estufas, etc.
Entregas de pequeno porte	Produtos e materiais em pequenas quantidades
Abastecimento de grande porte	Produtos e materiais em grandes quantidades
Horários	

Deverão ser obedecidos os horários definidos no Manual de Procedimentos de Terminais de Transferência - AD.EXP.001

- d)** Em caso de urgência na execução das atividades acima descritas, fora do horário permitido, a Pessoa Jurídica Gestora deverá solicitar autorização ao Poder Concedente, que poderá liberar em caráter excepcional a execução dos trabalhos em outros horários; e
- e)** A Pessoa Jurídica Gestora será a única responsável pela guarda e preservação das instalações, bens e mercadorias das áreas a serem ocupadas.

5. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

- a)** A Pessoa Jurídica Gestora responde pelos danos causados por si, por seus empregados, prepostos e ou contratados às dependências dos Terminais e ou Estação de Transferência;
- b)** Cumpre à Pessoa Jurídica Gestora, aos seus empregados ou prepostos, acatar as determinações do Poder Concedente;
- c)** É dever da Pessoa Jurídica Gestora orientar seus empregados, contratados ou prepostos a comportar-se com atenção e urbanidade, abster-se da prática de atos atentatórios à moral, aos bons costumes e à segurança;
- d)** A Pessoa Jurídica Gestora manterá a equipe de atendimento dos pontos comerciais corretamente uniformizada e identificada, de maneira que não haja confusão com os uniformes adotados pelo Poder Concedente;
- e)** A Pessoa Jurídica Gestora será responsável por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários relativos ao seu quadro de pessoal, bem como a fiscalização em relação a suas contratadas;
- f)** A Pessoa Jurídica Gestora será responsável por toda a veiculação publicitária, assumindo quaisquer ônus, penalidades ou encargos decorrentes dessa atividade e assumindo a responsabilidade por essa atividade em qualquer demanda administrativa, judicial ou criminal que seja apresentada contra o Poder Concedente;
- g)** A Pessoa Jurídica Gestora deverá obedecer todas as exigências legais afetas à instalação do segmento a ser comercializado, tais como: licenças municipais, estaduais e federais que se referem ao funcionamento dos pontos comerciais a serem implantados nos Terminais;
- h)** A Pessoa Jurídica Gestora deverá manter a limpeza e conservação das áreas ocupadas, responsabilizando-se pelos custos decorrentes;

- i) A destinação final do lixo deverá ser realizada de acordo com a legislação Municipal;

Nota: caso a soma de todos os resíduos sólidos seja superior a 200 litros/dia, o que caracteriza o Terminal como grande gerador, torna-se obrigatória a contratação de empresa para a remoção e cadastro Municipal junto ao Órgão Fiscalizador;

- j) A Pessoa Jurídica Gestora deverá cumprir com as exigências do Código de Defesa do Consumidor;

k) É expressamente proibido:

- i. A utilização de aparelhos radiofônicos, alto-falantes ou congêneres, bem como fazer ou permitir algazaras, distúrbios e ruídos nos pontos comerciais;
- ii. A ocupação das fachadas externas dos pontos comerciais e de áreas de uso comum, com mercadorias, cartazes, propagandas, indicações e dizeres congêneres;
- iii. A publicidade sob a forma de distribuição de panfletos, circulares e outros, exceto quando autorizado pelo Poder Concedente;
- iv. A guarda ou depósito de mercadorias de natureza inflamável, explosiva ou perigosa;
- v. O exercício de comércio ambulante e atividades promocionais que envolvam rifas e sorteios ou qualquer alternativa não autorizada;
- vi. O exercício de atividades que exijam o consumo de gás, ventilação, ou que produzam vapores, fumaça, odores e outros; e
- vii. A exploração comercial de bens ou atividades que infrinjam a legislação vigente ou que atentem contra a moral e os bons costumes, bem como aquelas de cunho religioso ou político partidário e ainda, aquelas que possam prejudicar o desenvolvimento operacional do Sistema de Transporte.

6. PENALIDADES

TABELA DE PENALIDADES - EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS ACESSÓRIAS		
ITEM	EVENTO OU OCORRÊNCIA	BASE DE CÁLCULO: TARIFA DE ÔNIBUS VIGENTE NA DATA DA IMPOSIÇÃO DA MULTA
EXP 01	Deixar de acatar as determinações do Poder Concedente.	500 (quinhentas) tarifas por evento.
EXP 02	Não manter a equipe de atendimento dos pontos comerciais corretamente uniformizada e identificada.	500 (quinhentas) tarifas por evento.
EXP 03	Não obedecer todas as exigências legais afetas à instalação do segmento a ser comercializado, tais como: licenças municipais, estaduais e federais que se referem ao funcionamento dos pontos comerciais.	1.000 (mil) tarifas por mês, até a regularização.
EXP 04	Não manter a limpeza e conservação das áreas ocupadas.	500 (quinhentas) tarifas por evento.
EXP 05	Deixar de fazer destinação final do lixo em conformidade com a legislação Municipal	1.000 (mil) tarifas por mês, até a regularização.
EXP 06	Utilizar de aparelhos radiofônicos, alto-falantes ou congêneres, bem como fazer ou permitir algazarras, distúrbios e ruídos nos pontos comerciais.	500 (quinhentas) tarifas por evento.
EXP 07	Ocupar as fachadas externas dos pontos comerciais e de áreas de uso comum, com mercadorias, cartazes, propagandas, indicações e dizeres congêneres	500 (quinhentas) tarifas por evento.

EXP 08	Utilizar-se de publicidade sob a forma de distribuição de panfletos, circulares e outros sem autorização do Poder Concedente	500 (quinhentas) tarifas por evento.
EXP 09	Guardar ou permitir a guarda de mercadorias de natureza inflamável, explosiva ou perigosa nas dependências dos Terminais.	500 (quinhentas) tarifas por dia, até a regularização.
EXP 10	Exercer atividades que exijam o consumo de gás, ventilação especial ou que produzam vapores, fumaça, odores e outros.	500 (quinhentas) tarifas por dia, até a regularização.
EXP 11	Comercializar produtos, bens ou atividades que infrinjam a legislação vigente ou que atentem contra a moral e os bons costumes, bem como aquelas de cunho religioso ou político partidário e ainda, aquelas que possam prejudicar o desenvolvimento Operacional do Sistema de Transporte.	500 (quinhentas) tarifas por evento.
EXP 12	Alterar as características/layout dos pontos comerciais sem autorização do Poder Concedente.	500 (quinhentas) tarifas por evento.
EXP 13	Realizar o transporte interno de equipamentos e mercadorias fora do horário estabelecido.	500 (quinhentas) tarifas por evento.
EXP 14	Realizar serviços de manutenção nos pontos comerciais fora do horário estabelecido.	500 (quinhentas) tarifas por evento.

EXP 15	Manter a estrutura e equipamentos do ponto comercial sem a devida conservação.	1.000 (mil) tarifas por mês, até a regularização.
EXP 16	Destratar empregados e ou usuários do Terminal.	500 (quinhentas) tarifas por evento.
EXP 17	Fazer uso inadequado ou indevido do estacionamento do Terminal.	500 (quinhentas) tarifas por evento.
EXP 18	Veiculação publicitária desconforme com os contratos aprovados pelo Poder Concedente.	2.000 (duas mil) tarifas por dia, para cada ponto de veiculação irregular.

7. ESTIMATIVA DE RECEITA POR TERMINAL

- a) O quadro abaixo apresenta as áreas e os valores estimados por terminal. O calculo foi realizado com base nos valores praticados em 2015, aplicados os reajustes pelo IPC/FIPE para atualização da base para maio/2018;
- b) Os valores em agosto de 2015 eram de R\$497,00 para locação de um metro quadrado de espaço para instalação de ponto comercial e R\$261,31 para locação de um metro quadrado para instalação de Caixas Eletrônicas (ATM);e
- c) Essa forma de cobrança já é praticada nos terminais desde o ano de 2005 quando algumas empresas foram credenciadas para concessão da autorização de uso do espaço e instalação de ponto comercial.



EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS ACESSÓRIAS - TERMINAIS E ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA (Base maio/2018)

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR/M²	TERMINAIS / ESTAÇÕES DE TRANFERÊNCIA(REGIÃO LESTE)																			
			PQ DOM PEDRO II		SÃO MIGUEL		A. E. CARVALHO		ARICANDUVA		CARRÃO		PENHA		CIDADE TIRADENTES		SAPOEMBA / TEOTÔNIO		VILA PRUDENTE		ITAQUERA II	
			ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS
1	LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE PONTOS COMERCIAIS	R\$ 641,73	197,00	126.421,14	12,00	7.700,78	12,00	7.700,78	4,00	2.566,93	22,00	14.118,10	4,00	2.566,93	22,00	14.118,10	4,80	3.080,31	40,00	25.669,27	20,00	12.834,63
2	LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE CAIXAS ELETRÔNICOS - ATM (Automatic Teller Machine)	R\$ 337,41	49,00	16.532,91	8,00	2.699,25	8,00	2.699,25	2,00	674,81	4,00	1.349,62	4,00	1.349,62	18,00	6.073,31	10,00	3.374,06	10,00	3.374,06	8,00	2.699,25
VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO				142.954,04		10.400,03		10.400,03		3.241,74		15.467,72		3.916,55		20.191,41		6.454,37		29.043,33		15.533,88
VALOR TOTAL MENSAL DA LOCAÇÃO - REGIÃO LESTE																					257.603,11	

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR/M²	TERMINAIS / ESTAÇÕES DE TRANFERÊNCIA (REGIÃO SUL)																			
			BANDEIRA		GUARAPIRANGA		SANTO AMARO		JOÃO DIAS		PARELHEIROS		CAPELINHA		GRAJAÚ		VARGINHA		JARDIM ÂNGELA		ÁGUA ESPRAIADA	
			ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS
1	LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE PONTOS COMERCIAIS	R\$ 641,73	72,00	46.204,68	18,50	11.872,04	149,80	96.131,40	60,00	38.503,90	8,20	5.262,20	104,00	66.740,09	75,50	48.450,74	38,84	24.924,86	21,00	13.476,37	4,00	2.566,93
2	LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE CAIXAS ELETRÔNICOS - ATM (Automatic Teller Machine)	R\$ 337,41	17,00	5.735,91	6,00	2.024,44	13,00	4.386,28	19,00	6.410,72	8,00	2.699,25	13,00	4.386,28	30,00	10.122,19	14,00	4.723,69	10,00	3.374,06	2,00	674,81
VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO				51.940,59		13.896,47		100.517,69		44.914,62		7.961,45		71.126,37		58.572,93		29.648,55		16.850,43		3.241,74
VALOR TOTAL MENSAL DA LOCAÇÃO - REGIÃO SUL																					398.670,83	

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR/M²	TERMINAIS / ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA (REGIÃO NORTE)																			
			AMARAL GURGEL		CASA VERDE		LAPA		VILA NOVA CACHOBRINHA		PRINCESA ISABEL		PIRITUBA		ESTAÇÃO JARDIM BRITÂNIA		CAMPO LIMPO		PINHEIROS		PARADA CLÍNICAS	
			ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS
1	LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE PONTOS COMERCIAIS	R\$ 641,73	7,50	4.812,99	4,00	2.566,93	76,34	48.989,80	52,10	33.434,22	26,65	17.102,15	82,00	52.622,00	0,00	-	67,50	43.316,89	44,50	28.557,06	0,00	-
2	LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE CAIXAS ELETRÔNICOS - ATM (Automatic Teller Machine)	R\$ 337,41	5,00	1.687,03	5,00	1.687,03	8,00	2.699,25	20,00	6.748,12	6,00	2.024,44	10,00	3.374,06	0,00	-	15,00	5.061,09	6,00	2.024,44	0,00	-
VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO				6.500,02		4.253,96		51.689,05		40.182,34		19.126,59		55.996,06		0,00		48.377,98		30.581,50		0,00
VALOR TOTAL MENSAL DA LOCAÇÃO - REGIÃO NORTE																					256.707,49	

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR/M²	TERMINAIS / ESTAÇÕES DO EXPRESSO TIRADENTES																			
			TERMINAL MERCADO		TERMINAL SACOMÃ		ESTAÇÃO PEDRO II		ESTAÇÃO ANA NERY		ESTAÇÃO CLUBE ATLETICO YPIRANGA		ESTAÇÃO RUA DO GRITO		ESTAÇÃO N. SRA. APARECIDA		ESTAÇÃO ALBERTO LION		PARADA DIANÓPOLIS		PASSARELA LUIZ GAMA	
			ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS	ÁREA	VALOR/MÊS
1	LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE PONTOS COMERCIAIS	R\$ 641,73	15,00	9.625,98	123,00	78.933,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
2	LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE CAIXAS ELETRÔNICOS - ATM (Automatic Teller Machine)	R\$ 337,41	5,00	1.687,03	44,00	14.845,87	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO				11.313,01		93.778,87		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
VALOR TOTAL MENSAL DA LOCAÇÃO - EXPRESSO TIRADENTES																					105.091,88	
ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL MENSAL DA LOCAÇÃO DOS ESPAÇOS																					1.018.073,31	